

ESTATUTO PADRÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA

ESCOLA ESTADUAL ORÍGENES LESSA

CAPÍTULO I

Da Instituição, da Natureza e Finalidade da Associação de Pais e Mestres

SEÇÃO I

Da Instituição

Artigo 1º – A Associação de Pais e Mestres da ESCOLA ESTADUAL ORÍGENES LESSA, fundada em 22/09/1986, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, doravante designada simplesmente APM, com sede e foro na Rua Padre Antonio Tomaz, nº 85, Jardim Santa Elizabeth, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, e reger-se-á pelas presentes normas estatutárias.

SEÇÃO II

Da Natureza e Finalidade

Artigo 2º – A APM, instituição auxiliar da escola, terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família–escola–comunidade.

Artigo 3º – A APM, entidade com objetivos sociais e educativos, não terá caráter político, racial ou religioso e nem finalidades lucrativas.

Artigo 4º – Para a consecução dos fins a que se referem os artigos anteriores, a APM se propõe a:

I – colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais colimados pela escola;

II – representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à escola;

III – mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, provendo condições que permitam:

a) a melhoria do ensino;

b) o desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar, nas áreas sócio-econômica e de saúde;

c) a conservação e a manutenção do prédio, do equipamento e das instalações;

d) a programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta de pais, professores e alunos;

e) a execução de pequenas obras de construção em prédios escolares, que deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação;

IV - colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, inclusive nos períodos ociosos, ampliando-se o conceito de escola como “Casa de Ensino” para “Centro de Atividades Comunitárias”;

V - favorecer o entrosamento entre pais e professores possibilitando:

a) aos pais, informações relativas tanto aos objetivos educacionais, métodos e processos de ensino, quanto ao aproveitamento escolar de seus filhos;

b) aos professores, maior visão das condições ambientais dos alunos e de sua vida no lar.

Artigo 5º – As atividades a serem desenvolvidas para alcançar os objetivos especificados nos incisos do artigo anterior, deverão estar previstas em um Plano Anual de Trabalho elaborado pela APM e integrado no Plano Escolar.

SEÇÃO III

Dos Meios e Recursos

Artigo 6º – Os meios e recursos para atender os objetivos da APM serão obtidos através de:

I – contribuição dos associados;

II – convênios;

III – subvenções diversas;

IV – doações;

V – promoções diversas.

Artigo 7º – A contribuição a que se refere o inciso I do artigo anterior será sempre facultativa.

§ 1º – O caráter facultativo das contribuições não isenta os associados do dever moral de, dentro de suas possibilidades, cooperar para a constituição do fundo financeiro da **APM**.

§ 2º – No início de cada ano letivo, e após haver encerrado o período de matrículas previsto no calendário escolar, serão fixadas a forma e a época para a campanha de arrecadação das contribuições dos associados.

§ 3º – As contribuições serão depositadas nas agências do Banco Nossa Caixa S/A., em conta vinculada à **APM**, que só poderá ser movimentada conjuntamente, pelo Diretor Executivo e pelo Diretor Financeiro.

§ 4º – Nas localidades onde não houver o estabelecimento de crédito referido no parágrafo anterior, as contribuições serão depositadas nas agências bancárias onde o Estado ou a Prefeitura mantiverem transações.

Artigo 8º – A aplicação dos recursos financeiros constará do Plano Anual de Trabalho da **APM**.

Parágrafo único – A assistência ao escolar será sempre o setor prioritário da aplicação de recursos, excluindo-se aqueles vinculados a convênios.

CAPÍTULO II

Dos Associados, seus Direitos e Deveres

SEÇÃO I

Dos Associados

Artigo 9º – O quadro social da **APM**, constituído por número ilimitado de associados, será composto de:

I – associados natos;

II – associados admitidos;

III – associados honorários.

§ 1º - Serão associados natos o Diretor de Escola, o Vice-Diretor, os professores e demais integrantes dos núcleos de apoio técnico-pedagógico e administrativo da escola, os pais de alunos e os alunos maiores de 18 anos, desde que concordes.

§ 2º - Serão associados admitidos os pais de ex-alunos, os ex-alunos maiores de 18 anos, os ex-professores e demais membros da comunidade, desde que concordes e aceitos conforme as normas estatutárias.

§ 3º - Serão considerados associados honorários, a critério do Conselho Deliberativo, aqueles que tenham prestado relevantes serviços à Educação e à **APM**.

SEÇÃO II

Dos Direitos e Deveres

Artigo 10 – Constituem direitos dos associados:

I – apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes dos vários órgãos da **APM**;

II – receber informações sobre a orientação pedagógica da escola e o ensino ministrado aos educandos;

III – participar das atividades culturais, sociais, esportivas e cívicas organizadas pela **APM**;

IV – votar e ser votado nos termos do presente Estatuto;

V – solicitar, quando em Assembléia Geral, esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da **APM**;

VI – apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro social;

VII – demitir-se quando julgar conveniente, protocolando junto à Secretária da **APM** seu pedido de demissão.

Artigo 11 – Constituem deveres dos associados:

I – defender, por atos e palavras, o bom nome da Escola e da **APM**;

II – conhecer o Estatuto da **APM**;

III – participar das reuniões para as quais forem convocados;

IV – desempenhar, responsavelmente, os cargos e as missões que lhes forem confiados;

V – concorrer para estreitar as relações de amizade entre todos os associados e incentivar a participação comunitária na escola;

VI – cooperar, dentro de suas possibilidades, para a constituição do fundo financeiro da **APM**;

VII – prestar à **APM**, serviços gerais ou de sua especialidade profissional, dentro e conforme suas possibilidades;

- VIII** – zelar pela conservação e manutenção do prédio, da área do terreno e dos equipamentos escolares;
- IX** – responsabilizar-se pelo uso do prédio, de suas dependências e equipamentos, quando encarregados diretos da execução de atividades programadas pela **APM**.

Artigo 12 – A exclusão do associado do quadro social só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa perante a Diretoria Executiva e de recurso para o Conselho Deliberativo, que se reunirá em sessão extraordinária para apreciar o fato.

§ 1º – O associado será cientificado, por escrito e pessoalmente, dos fatos que lhe são imputados e das consequências a que estará sujeito, para, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer defesa e indicar, justificadamente, as provas que pretende produzir, cuja pertinência será aferida, de forma motivada, pela Diretoria Executiva.

§ 2º – Decorrido *in albis* o prazo previsto no parágrafo anterior, ou produzidas as provas deferidas pela Diretoria Executiva, será o associado notificado, pessoalmente, para oferecer suas razões finais, no prazo de 7 (sete) dias, dirigidas à Diretoria Executiva, que decidirá, motivadamente, no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando a decisão ao Conselho Deliberativo.

§ 3º – Intimado o associado, pessoalmente, da decisão, poderá interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido ao Conselho Deliberativo, que decidirá, de maneira motivada, no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 4º – Os prazos para apresentação de defesa, razões finais e interposição do recurso serão contados por dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 5º – Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento ocorrer em sábado, domingo ou feriado.

§ 6º – Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação.

CAPÍTULO III

Da Administração

SEÇÃO I

Dos Órgãos Diretores

Artigo 13 – A **APM** será administrada pelos seguintes órgãos:

- I** – Assembléia Geral;
- II** – Conselho Deliberativo;
- III** – Diretoria Executiva;
- IV** – Conselho Fiscal.

Artigo 14 – A Assembléia Geral será constituída pela totalidade dos associados.

§ 1º – A Assembléia será convocada e presidida pelo Diretor da Escola.

§ 2º – A Assembléia realizar-se-á, em primeira convocação, com a presença de mais da metade dos associados ou, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

§ 3º – Para as deliberações é exigido voto concorde da maioria dos presentes à Assembléia.

Artigo 15 – Cabe à Assembléia Geral:

- I** – eleger e destituir membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- II** – apreciar o balanço anual e os balancetes semestrais, com o parecer do Conselho Fiscal e aprovar as contas;
- III** – propor e aprovar a época e a forma das contribuições dos associados, obedecendo ao que dispõe o artigo 7º do presente Estatuto;
- IV** – reunir-se, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez em cada semestre;
- V** – reunir-se, extraordinariamente, convocada pelo Diretor da Escola ou por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Deliberativo ou por 1/5 (um quinto) dos associados.
- VI** – destituir os administradores eleitos.
- VII** – deliberar sobre alteração do Estatuto.

Parágrafo único – A destituição de administradores e a alteração do Estatuto, serão deliberadas em Assembléia Geral convocada especialmente para tais fins.

Artigo 16 – O Conselho Deliberativo será constituído de, no mínimo, 11 (onze) membros.

§ 1º – O Diretor da Escola será o seu presidente nato.

§ 2º – Os demais componentes, eleitos em Assembléia Geral, obedecerão às proporções assim estabelecidas:

- a) 30% dos membros serão professores;
- b) 40% dos membros serão pais de alunos;
- c) 20% dos membros serão alunos maiores de 18 anos;
- d) 10% dos membros serão associados admitidos.

§ 3º – Não sendo atingidas as proporções enumeradas nas alíneas “c” e “d” do parágrafo anterior, as vagas serão preenchidas, respectivamente, por elementos da escola e pais de alunos, na proporção fixada no parágrafo anterior.

Artigo 17 – Cabe ao Conselho Deliberativo:

I – divulgar a todos os associados os nomes dos eleitos na forma do artigo 15, inciso I, bem como as normas do presente Estatuto, para conhecimento geral;

II – deliberar sobre o disposto no artigo 4º, no inciso IV do artigo 32 e no artigo 44;

III – aprovar o Plano Anual de Trabalho e o Plano de Aplicação de Recursos;

IV – participar do Conselho de Escola, através de um de seus membros, que deverá ser, obrigatoriamente, pai de aluno;

V – realizar estudos e emitir pareceres sobre questões omissas no Estatuto, submetendo-os à apreciação dos órgãos superiores da Secretaria da Educação;

VI – emitir parecer sobre as contas apresentadas pela Diretoria Executiva, submetendo-as à apreciação da Assembléia Geral;

VII – reunir-se, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado, a critério de seu Presidente ou de 2/3 (dois terços) de seus membros;

Parágrafo único – As decisões do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas por maioria absoluta (1ª convocação) ou maioria simples (2ª convocação) de seus membros.

Artigo 18 – Cabe ao Presidente do Conselho Deliberativo:

I – convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo;

II – indicar um Secretário, dentre os membros do Conselho Deliberativo;

III – informar os conselheiros sobre as necessidades da escola e dos alunos.

Artigo 19 – O mandato dos conselheiros será de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução por mais duas vezes.

Parágrafo único – Perderá o mandato o membro do Conselho Deliberativo que faltar a duas reuniões consecutivas, sem causa justificada.

Artigo 20 – A Diretoria Executiva da **APM** será composta de:

I – Diretor Executivo;

II – Vice-Diretor Executivo;

III – Secretário;

IV – Diretor Financeiro;

V – Vice-Diretor Financeiro;

VI – Diretor Cultural;

VII – Diretor de Esportes;

VIII – Diretor Social;

IX – Diretor de Patrimônio.

§ 1º – Cada Diretor poderá acumular até duas Diretorias, com exceção dos cargos discriminados nos itens I, II, III, IV e V.

§ 2º – É vedada a indicação de alunos para comporem a Diretoria Executiva.

Artigo 21 – Cabe à Diretoria Executiva:

- I** – elaborar o Plano Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo;
- II** – colocar em execução o Plano aprovado e mencionado no inciso anterior;
- III** – dar à Assembléia Geral conhecimento sobre:
 - a)** as diretrizes que norteiam a ação pedagógica da escola;
 - b)** as normas estatutárias que regem a **APM**;
 - c)** as atividades desenvolvidas pela **APM**;
 - d)** a programação e aplicação dos recursos do fundo financeiro;
- IV** – elaborar normas para concessão de auxílios diversos a alunos carentes;
- V** – depositar em conta da **APM**, em estabelecimento de crédito oficial, todos os valores recebidos;
- VI** – tomar medidas de emergência, não previstas no Estatuto, submetendo-as ao “referendo” do Conselho Deliberativo;
- VII** – reunir-se, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, a critério de seu Diretor Executivo ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Artigo 22 – Compete ao Diretor Executivo:

- I** – representar a **APM** ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II** – convocar as reuniões da Diretoria Executiva, presidindo-as;
- III** – fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo;
- IV** – apresentar ao Conselho Deliberativo relatório semestral das atividades da Diretoria;
- V** – admitir e/ou dispensar pessoal de seu quadro, obedecendo as decisões do Conselho Deliberativo;
- VI** – movimentar, conjuntamente com o Diretor Financeiro, os recursos financeiros da **APM**;
- VII** – visar as contas a serem pagas;
- VIII** – submeter os balancetes semestrais e o balanço anual ao Conselho Deliberativo e à Assembléia Geral, após apreciação escrita do Conselho Fiscal;
- IX** – rubricar e publicar em quadro próprio da **APM**, os balancetes semestrais e o balanço anual.

Artigo 23 – Compete ao Vice-Diretor Executivo auxiliar o Diretor Executivo e substituí-lo em seus impedimentos eventuais.

Artigo 24 – Compete ao Secretário:

- I** – lavrar as atas das reuniões e Assembléias Gerais;
- II** – redigir circulares e relatórios e encarregar-se da correspondência social;
- III** – assessorar o Diretor Executivo nas matérias de interesse da **APM**;
- IV** – organizar e zelar pela conservação do arquivo da **APM**;
- V** – organizar e manter atualizado o cadastro dos associados da **APM**.

Artigo 25 – Compete ao Diretor Financeiro:

- I** – subscrever com o Diretor Executivo os cheques da conta bancária da **APM**;
- II** – efetuar, através de cheques nominais, os pagamentos autorizados pelo Diretor Executivo, de

conformidade com a aplicação de recursos planejada;

- III** – apresentar ao Diretor Executivo os balancetes semestrais e o balanço anual, acompanhado dos documentos comprobatórios de receita e despesa;
- IV** – informar os órgãos diretores da **APM** sobre a situação financeira da **APM**;
- V** – promover concorrência de preços, quanto aos serviços e materiais adquiridos pela **APM**;
- VI** – arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela **APM**, apresentando-os para elaboração da escrituração contábil.

Artigo 26 – O cargo de Diretor Financeiro será sempre ocupado por pai de aluno.

Artigo 27 – Compete ao Vice-Diretor Financeiro auxiliar o Diretor Financeiro e substituí-lo em seus impedimentos eventuais.

Artigo 28 – Cabe ao Diretor Cultural promover a integração escola-comunidade através de atividades culturais.

Parágrafo único – O Diretor Cultural poderá ser assessorado, conforme as atividades a serem desenvolvidas, pelos professores da Escola.

Artigo 29 – Cabe ao Diretor de Esportes promover a integração escola-comunidade através de atividades esportivas.

Parágrafo único – O Diretor de Esportes poderá ser assessorado pelos professores da Escola.

Artigo 30 – Cabe ao Diretor Social promover a integração escola-comunidade através de atividades sociais e de assistência ao aluno e à comunidade.

§ 1º – O Diretor Social poderá ser assessorado pelos membros do Conselho da Escola.

§ 2º – Serão prioritárias as atividades de assistência ao aluno.

Artigo 31 – Cabe ao Diretor de Patrimônio manter entendimentos com a Direção da Escola no que se refere à:

I – aquisição de materiais, inclusive didático;

II – manutenção e conservação do prédio e de equipamentos;

III – supervisão de serviços contratados.

Parágrafo único – O Diretor de Patrimônio poderá ser assessorado pelos membros do Conselho da Escola.

Artigo 32 – Os Diretores terão, ainda, por função:

I – comparecer às reuniões da Diretoria, discutindo e votando;

II – estabelecer contato com outras APM's ou entidades oficiais e particulares;

III – constituir comissões auxiliares com vistas à descentralização de suas atividades;

IV – elaborar contratos e celebrar convênios com a aprovação do Conselho Deliberativo.

Artigo 33 – O mandato de cada Diretor será de 1 (um) ano, sendo permitida sua recondução mais uma vez para o mesmo cargo.

§ 1º – Perderá o mandato o membro da Diretoria que faltar a três reuniões consecutivas, sem causa justificada.

§ 2º – No caso de impedimento ou substituição de qualquer membro da Diretoria, o Conselho Deliberativo tomará as devidas providências.

Artigo 34 – O Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) elementos, sendo 2 (dois) pais de alunos e 1 (um) representante do quadro administrativo ou docente da Escola, tem por atribuição:

I – verificar os balancetes semestrais e balanços anuais apresentados pela Diretoria, emitindo parecer por escrito;

II – assessorar a Diretoria na elaboração do Plano Anual de Trabalho, na parte referente à aplicação de recursos;

III – examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Diretoria Financeira;

IV – dar parecer, a pedido da Diretoria ou Conselho Deliberativo sobre resoluções que afetem as finanças da APM;

V – solicitar ao Conselho Deliberativo, se necessário, a contratação de serviços de auditoria contábil.

Parágrafo único – O mandato dos Conselheiros será de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição por mais uma vez.

Artigo 35 – O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre e, extraordinariamente, mediante convocação da maioria de seus membros ou da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO IV

Da Intervenção

Artigo 36 – Sempre que as atividades da APM venham a contrariar as finalidades definidas neste Estatuto ou a ferir a legislação vigente, poderá haver intervenção, mediante solicitação da Direção da Escola ou de membros da Associação, às autoridades competentes.

§ 1º – O processo regular de apuração dos fatos será feito pelos órgãos do Sistema de Ensino e/ou pelo Grupo de Controle das Atividades Administrativas e Pedagógicas, da Secretaria da Educação.

§ 2º – A intervenção será determinada pelo Secretário da Educação.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Artigo 37 – O Diretor da Escola poderá participar das reuniões da Diretoria Executiva, intervindo nos debates, prestando orientação e esclarecimentos ou fazendo registrar em atas seus pontos de vista, mas sem direito a voto.

Artigo 38 – É vedado aos Conselheiros e Diretores:

I – receber qualquer tipo de remuneração;

II – estabelecer relações contratuais com a **APM**.

Artigo 39 – Ocorrida a vacância de cargos do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva, o preenchimento dos mesmos processar-se-á por decisão dos membros do respectivo órgão deliberativo que se reunirá para este fim.

Artigo 40 – Serão afixados em quadro de avisos, os planos de atividades, notícias e atividades da **APM**, convites, convocações.

Artigo 41 – O balanço anual será submetido à apreciação do Conselho Fiscal, que deverá manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, até 10 (dez) dias antes da convocação da Assembléia Geral.

Artigo 42 – O Edital de convocação da Assembléia Geral, com cinco dias de antecedência da reunião, conterá:

a) dia, local e hora da primeira e segunda convocações;

b) ordem do dia.

§ 1º – Além de ser afixado no quadro de avisos da escola, será obrigatório o envio de circular aos associados.

§ 2º – A convocação da Assembléia Geral e dos demais órgãos deliberativos far-se-á na forma deste estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Artigo 43 – No exercício de suas atribuições, a **APM** manterá rigoroso respeito às disposições legais, de modo a assegurar a observância dos princípios fundamentais que norteiam a filosofia e a política educacionais do Estado.

Parágrafo único – Cabe ao Supervisor de Ensino acompanhar as atividades da **APM**, para garantir o disposto neste artigo.

Artigo 44 – Cabe à **APM** a administração direta ou indireta da cantina escolar e de outros órgãos existentes na escola, geradores de recursos financeiros.

Parágrafo único – O funcionamento dos órgãos referidos neste artigo deverá obedecer às normas estabelecidas pela Secretaria da Educação.

Artigo 45 – Os bens permanentes doados à **APM** ou por ela adquiridos serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o seu patrimônio.

Parágrafo Único – Os bens adquiridos com recursos públicos deverão ser transferidos para integrar o patrimônio do estabelecimento de ensino.

Artigo 46 – A **APM** terá prazo indeterminado de duração e somente poderá ser dissolvida por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, obedecidas as disposições legais.

Parágrafo único – A **APM** poderá ser extinta nas hipóteses abaixo indicadas:

1. desativação da unidade escolar;

2. transferência da unidade escolar para o município.

Artigo 47 – Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais assumidas em nome da **APM**.

Artigo 48 – Em caso de dissolução, os bens da **APM** passarão a integrar o patrimônio do estabelecimento de ensino respectivo, obedecida a legislação vigente.

Artigo 49 – O resultado de deliberação da Assembléia Geral que tiver por objeto proposta de alteração deste Estatuto, será encaminhado à Secretaria da Educação para apreciação e, se for o caso, atendimento do disposto no artigo 2º da Lei nº 1490, de 12 de dezembro de 1977.

Diadema, 22 de novembro de 2006